



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 3139 02/07/2025

MOROSIDADE NOS GTS E INCERTEZAS SOBRE PROPOSTAS ESTRUTURAIS PREOCUPAM SERVIDORES PÚBLICOS



O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) deve encaminhar ao Congresso Nacional, no segundo semestre, as primeiras propostas resultantes dos Grupos de Trabalho (GTs) criados para discutir temas estruturais das carreiras do funcionalismo federal. As iniciativas nasceram da necessidade de aprofundar debates que não foram contemplados nas mesas de negociação responsáveis pelos acordos salariais firmados entre 2023 e 2024.

Esses acordos, ao todo 57 assinados ao longo de 2024, não abordaram questões estruturais como a reestruturação das carreiras, mantendo distorções já presentes e sendo formalizados pela Lei 15.141/2025. A partir dessa limitação, surgiram os 17 GTs com o objetivo de tratar dessas pautas represadas. A expectativa da categoria era de que os resultados desses grupos fossem debatidos na última reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada no dia 12 de junho.

No entanto, ao contrário do que se esperava, a pauta da reunião foi invertida, dando lugar à discussão sobre a proposta de Reforma Administrativa, elaborada por um Grupo de Trabalho composto por 20 parlamentares e criado pelo presidente da Câmara dos Deputados.

Essa proposta, que retoma pontos centrais da antiga PEC 32, representa, segundo as entidades representativa dos servidores, uma tentativa disfarçada de desmontar o serviço público. O GT parlamentar deve apresentar seu

relatório preliminar no próximo dia 7 de julho, data que coincide com o início de uma nova mobilização nacional convocada por entidades sindicais, com atividades previstas para os dias 7 e 8 de julho em Brasília.

Expectativa e frustração entre os servidores

As entidades representativas reconhecem que os GTs foram importantes para aprofundar o debate técnico e gerar consensos, mas cobram celeridade. A demora para apresentar resultados concretos tem causado frustração na base, que vê o tempo passar sem que as promessas se materializem.

Mesmo com avanços no diálogo e a assinatura de dezenas de acordos no último período, o passivo histórico das categorias ainda pesa. Há mais de 250 tabelas salariais no Executivo Federal e profissionais com as mesmas atribuições recebendo salários bastante distintos, uma distorção que precisa ser corrigida.

Preocupação com o calendário e o risco de retrocessos

A preocupação agora é com o tempo. Se as propostas não forem encaminhadas ainda este ano, o risco de esvaziamento aumenta com a proximidade das eleições gerais de 2026. A morosidade pode comprometer a confiança dos servidores na efetividade do diálogo e da negociação.

Mobilização segue como ferramenta essencial

O Sintsef-CE acompanha de perto a atuação dos GTs e reforça que, apesar de reconhecer os avanços nos espaços de negociação, mantém seu compromisso com a luta dos servidores públicos. Entendemos a importância do diálogo com o atual governo, mas não abrimos mão de pressionar por respostas concretas às reivindicações da base.



NOTA DE PESAR
Manoel Ernandes Freire
 Ministério da Saúde



Para saber mais acesse
 as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
 Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
 Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO